

ADEUS AO TRABALHO E AOS SINDICATOS OU A PERDA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO EM ALAIN TOURAINE

Ariovaldo de Oliveira Santos¹

RESUMO

É extenso e diverso o volume de artigos e livros que se debruçam sobre a temática do fim do trabalho. O artigo aqui apresentado busca, através da leitura de Alain Touraine, demonstrar que o debate, apesar de apresentado como recente, está colocado, na realidade, em suas linhas gerais, já no final dos anos 1960. É preocupação igualmente do artigo atentar para como o debate sobre o fim do trabalho encaminha a discussão para o plano do empírico imediato, distanciando, assim, a reflexão, da devida análise ontológica que deve revestir a apreensão da categoria trabalho. Por fim, o artigo busca apreender, também, como no debate tourainiano do fim do trabalho vem embutida uma leitura sobre a crise do sindicalismo ou a perda da centralidade do movimento sindical no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Trabalho. Proletariado. Sindicalismo.

ABSTRACT

The body of articles and books that discuss the topic of the end of work is extensive and diverse. This article tries to demonstrate, through a reading of Alain Touraine,

¹ Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

that the debate, despite being portrayed as recent, was opened in general terms in the late 1960s. Another concern of the article is to attack the way in which debate on the end of work places the discussion on the plane of immediate empirical facts, distancing itself from reflection, which provides the necessary ontological analysis that ought to accompany our understanding of the category of work. Finally, the article attempts to underscore how in the touranian debate on the end of work there is a reading of the crisis of unionism or the loss of centrality of the labor movement in contemporary capitalism.

Keywords: Work. Proletariat. Unionism.

INTRODUÇÃO

Cada tempo histórico tem suas próprias questões. Assim ocorre, também, com o debate recente sobre o trabalho, o emprego e o futuro de ambos. Um verdadeiro imbróglio se estabelece em relação à categoria trabalho, confundida com a de emprego, obrigando teóricos como André Gorz e Dominique Meda a afirmarem que quando se fala em *fim do trabalho*, não se está fazendo referência ao seu desaparecimento no sentido “antropológico”, isto é, enquanto elemento fundante e mediador da relação do ser social com a realidade a ele exterior e a qual busca dominar e subordinar às suas necessidades. Mesmo em relação ao emprego, a confusão reina, não sendo raros os textos que falam de seu fim.

O AMPLO LEQUE DO PÓS-1968

Certamente, para o caráter que tem assumido o debate, fazem-se presentes alguns elementos a serem considerados: o refluxo das análises que colocavam a classe trabalhadora como protagonista da história e que tenderam a refluir com as revelações dos horrores provocados pelo stalinismo e o desmoronamento das experiências que se pretendiam iniciadoras do modo de produção comunista (Rússia, China, Cuba, entre outras que atravessaram o século XX). De outro lado, a vitalidade demonstrada pelo capitalismo em equacionar, mesmo que precariamente, suas contradições mais imediatas, da qual as políticas de *Welfare State*, em países da Europa Ocidental, constituem um exemplo marcante, contribuiu, igualmente, para reforçar as análises sobre a perda da centralidade do trabalho.

Uma das dimensões assumidas pelo debate recente, alimentado pelo duplo movimento – esgotamento das experiências socialistas, de um lado, e de outro, a vitalidade demonstrada pelo capitalismo – tem se traduzido no abandono da perspectiva de que o conflito moderno continue a passar pelas classes sociais. Em seu lugar, prolifera a compreensão de que os agentes da transformação deixaram o âmbito da relação entre capital e trabalho para se apresentarem, majoritariamente, em outra esfera, produzida pela economia, mas com identidade própria em relação a ela, isto é, a esfera da cultura. Com isto, entrou para segundo plano, igualmente, a análise priorizando a luta de classes e, por desdobramento, o proletariado, bem como seus instrumentos de organização, o partido e os sindicatos.

Uma investigação das hipóteses apresentadas até aqui demandariam um estudo de maior fôlego que, ao fim, comprovariam o abandono da perspectiva das classes na investigação sociológica moderna. Entretanto, para os fins desse artigo, a atenção estará retida em Alain Touraine, cuja presença no debate sociológico se intensifica com o Maio de 1968 e nos anos subseqüentes, ainda que à lista possam ser incluídos outros investigadores que trilham pelo mesmo caminho, como é o caso de André Gorz e Cornelius Castoriadis. Em Gorz, por exemplo, a classe trabalhadora não é mais o sujeito possível. Se um dia ela apareceu como tal, deve-se, sobretudo, no entender deste autor, à apropriação messiânica que foi feita do proletariado por Marx (GORZ, 1981). Os esforços para se distanciar deste referencial leva Gorz, inclusive, a abandonar os conceitos de sujeito e classe, substituídos, em sua análise, pela “não classe dos não trabalhadores” (GORZ, 1981). De modo mais amplo, podemos encontrar, ainda, na mesma perspectiva de abandono das classes, os pós-modernos, em suas múltiplas variáveis: Anthony Giddens, Antonio Negri, Domenico De Masi, para elencar alguns dos nomes mais expressivos na atualidade.

Em alguns casos, a recusa à centralidade das classes parece ser resgatada, como é o caso de Negri e Hardt. Tem-se, por um breve momento, a ilusão de que o trabalho recobrará sua centralidade, do ponto de vista analítico. Mas, fica-se na ilusão. Certamente, as classes aparecem em Negri e Hardt. Porém, comparecem diluídas em uma vaga idéia de multidão, esvaziada da necessidade de construção de qualquer projeto mais amplo, isto é, o socialismo e o comunismo. Caminho seguido, a um nível mais superficial de análise, por Domenico De Masi. Enquanto que em Antonio Negri e Michael Hardt o foco está na “multidão”, em De Masi está naquilo que ele denomina apenas por “gente”.

Assim, uma parte do pensamento contemporâneo, na busca do acerto de contas com os “equivocos” do passado, acentuados, efetivamente, pelo stalinismo, mergulhou nos desenganos do presente, produzidos pela vida cotidiana. Presos ao empírico imediato, esses teóricos confundem a aparência da vida social com sua essência, do que resulta a perda do estatuto ontológico da esfera econômica, das relações sociais efetivas, seguida da apologia das formas espontâneas de ação, sobrevalorizadas em seu conteúdo real. Reivindicadas como a forma mais adequada de resposta aos projetos denominados “meta-históricos”, momento no qual estes autores confundem a teoria marxiana com o stalinismo, o culto às lutas cotidianas imediatas, à ação da “multidão”, à constituição de movimentos sociais, ao espírito de comunidade ou aos laços entre “tribos”, opera, de modo decisivo, no sentido de ocultar as classes e, mais ainda, a continuidade de sua existência nas relações sociais contemporâneas.

Disto resulta que, buscando construir uma nova teoria, os autores citados realizam, na realidade, o desmonte da perspectiva ontológica, única capaz de apreender o real em seu movimento e desdobramentos internos, enquanto totalidade. Ideólogos das relações sociais reais, ao abandonarem a perspectiva da “coisa em si”, no seu movimento contraditório e totalizante, os teóricos do fim das classes, autodenominem-se pós-modernos ou não, afastam-se, ao mesmo tempo, da condição *sine qua non* para a realização da práxis política e social plena de sentido, na perspectiva da omnilateralidade humana.

ALAIN TOURAINE E A SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

Para efeito deste estudo, centraremos, aqui, a atenção em Alain Touraine e as reflexões que desenvolve sobre a centralidade do trabalho, em estudo publicado na França, em 1969, e fortemente influenciado pelas lutas que então haviam sido travadas pelos estudantes em maio de 1968. Certamente, os elementos a serem traçados possuem o caráter de notas de investigação, uma vez que está colocada, aqui, a impossibilidade de um desenvolvimento exaustivo nos limites de um artigo. Observe-se, ainda, que a quantidade de questões abordadas por Touraine, em sua vasta produção, desde os anos 1950, compreende um leque mais abrangente de temas. De tal modo que as considerações a serem apresentadas sobre a leitura do trabalho, proposta pelo autor, resulta de um recorte para análise. Enfim, cumpre também destacar que, embora os eixos do pensamento tourainiano tenham mudado, ao longo das décadas, partindo de estudos sobre a consciência de classe

dos trabalhadores para a análise dos movimentos sociais, desaguando, mais recentemente, em investigações sobre a problemática do sujeito, no sentido de subjetividade, os argumentos por ele apresentados, no seu livro de 1969, intitulado *La Société Pós-industrielle* (1969), mantiveram-se, em essência, razão pela qual é à referida publicação que estão direcionadas as observações a seguir.

TOURAINÉ E A PERDA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO

Assim, de maneira eminentemente empírica, Touraine começa por destacar que “sociedades de um tipo novo se formam”, as quais podemos definir como “pós-industriais, caso se queira marcar a distância que as separa das sociedades de industrialização que a precederam e que se misturam ainda a ela tanto sob sua forma capitalista quanto sob a forma socialista. Pode-se chamá-las de sociedades tecnocráticas, caso se queira nomear o poder que as domina. E ainda sociedades programadas, caso se procure defini-las, antes, pela natureza de seu modo de produção e de organização econômica”, sendo que, no entender do autor, a expressão sociedade programada parece ser mais útil, pois “ela indica mais diretamente a natureza do trabalho e da ação econômica” (TOURAINÉ, 1969, p. 8).

Emerge, já neste momento, uma questão que seria largamente explorada por diversos teóricos da geração posterior a Maio de 1968. Isto é, o abandono da expressão *sociedade capitalista* para abordar a vida social que emerge do pós-Segunda Guerra. Em seu lugar, ganha preponderância a expressão *sociedade pós-industrial*, que traz embutido o maior destaque a elementos epidérmicos da vida social real, tal como a expansão do setor dos serviços, o declínio do operariado fabril e a defesa de novas demandas, aglutinadas sob a denominação de *culturais*.

O caminho proposto por Touraine é o que “se interroga imediatamente sobre as orientações sociais e culturais de uma sociedade, sobre a natureza dos conflitos sociais e do poder através dos quais tomam forma estas orientações, sobre o que as forças dominantes reprimem e que provoca, em retorno, movimentos sociais”. Conclui o autor: “O objeto de minhas análises não é o funcionamento do sistema social, mas a formação da ação histórica, a maneira como os homens fazem sua história” (TOURAINÉ, 1969, p. 8-9).

Mas, o que é a sociedade na qual se constituem formas específicas de ação por meio das quais os homens fazem sua história? A resposta de Touraine

entende que “o caráter mais geral da sociedade programada é que as decisões e *os combates econômicos não têm mais a autonomia e a centralidade que possuíam dentro de um tipo anterior de sociedade* (grifo nosso), definidos por seu esforço de acumulação e de extração dos lucros sobre o trabalho diretamente produtivo” mesmo se “o conjunto da sociedade é mais marcado do que nunca pelos meios e os resultados do crescimento econômico e que a capacidade de desenvolvimento e de enriquecimento pareça o teste pelo qual todos os regimes sociais e políticos aceitem de ser julgados” (TOURAINÉ, 1969, p. 9).

Na sociedade a qual Touraine denomina, também, pelo nome de “sociedade pós-industrial”, em textos mais recentes, as “formas da dominação social se transformaram profundamente” e assume, mais do que antes, “três formas importantes”. Primeiramente, “de integração social”, visto que “os atores sociais são pressionados a participar [...] no trabalho” e ainda “no consumo e na formação” dos “sistemas de organização e de influências que os mobilizam”. Em segundo lugar,

a manipulação cultural [...] É necessário agir sobre as necessidades e as atitudes tanto quanto sobre o trabalho [...] Enfim, esta sociedade de aparelhos, dominada pelas grandes organizações ao mesmo tempo políticas e econômicas, é mais orientada que jamais para a potência, para o controle propriamente político e de seu funcionamento interno e de seu meio (TOURAINÉ, 1969, p. 12-13).

Nesta nova configuração da sociedade, é mais adequado e necessário falar de “alienação” do que de “exploração”, sendo que o primeiro termo

define uma relação social e o segundo uma relação econômica [...] A alienação deve ser definida em termos de relações sociais [...] O homem alienado é aquele que não tem outra relação face às orientações sociais e culturais de sua sociedade que aquela que lhe é reconhecida pela classe dirigente como sendo compatível com a manutenção de sua dominação.

Assim, a

alienação é, conseqüentemente, a redução do conflito social por meio de uma participação dependente. As atitudes do homem alienado somente têm sentido quando consideradas como a contrapartida dos interesses daquele que o aliena [...] Nossa sociedade é uma sociedade de alienação não porque ela reduz à miséria ou porque impõe sujeições policiais, mas porque ela seduz, manipula, integra (Touraine, 1969, p. 14-15).

Quanto aos “conflitos sociais que se formam nesta sociedade”, eles “são de natureza distinta daqueles da sociedade anterior. Eles opõem menos o capital ao trabalho do que os aparelhos de decisão econômica e política àqueles que estão submetidos a uma participação dependente” (TOURAINÉ, 1969, p. 15). Na realidade, para Touraine, o

conflito nasce quando essa alienação é combatida e quando os elementos marginais cessam de considerar-se como tais, tomando consciência de sua dependência e empreendendo uma ação centrada sobre si mesmos, sobre sua autodeterminação, ação que pode ir até a rebaixar o nível de participação em bens materiais para quebrar a dependência. O conflito assume toda sua força somente quando a vontade de ruptura se associa a um esforço de desenvolvimento independente e, conseqüentemente, chama contra as forças dominantes ao tema do desenvolvimento à qual estas se identificam. A desalienação pode ser somente o reconhecimento do conflito social que se interpõe entre os atores e os valores culturais (TOURAINÉ, 1969, p. 16).

Entre uma sociedade e outra se abre um fosso, pois em

uma sociedade que repousava sobre o trabalho diretamente produtivo, é o operário qualificado, relativamente privilegiado [...] que se opunha mais diretamente ao capitalista [...] Em uma sociedade em mudança, é a categoria mais aberta à mudança e mais favorecida por ela que se subleva mais diretamente contra a tecnocracia [...] Sublevação social e cultural mais que econômica, porque as lutas sociais, hoje como ontem, mobilizam duas ordens complementares de reações do lado popular [...] De um lado, é o apelo às próprias orientações da sociedade contra sua apropriação privada pela classe dirigente; de outro, é a resistência da experiência pessoal e coletiva às mudanças que deixaram de ser controladas pela coletividade [...] enquanto que na sociedade de industrialização capitalista esta resistência da vida privada permanecia definida no quadro do trabalho, apoiava-se sobre a profissão (métier) ou a coletividade local, agora, face a um poder de integração, de manipulação e de agressão que atinge todos os domínios da vida social, é o conjunto da personalidade que se mobiliza [...] A sociedade, entorpecida durante muito tempo na satisfação do seu êxito material, não rejeita o progresso técnico e o crescimento econômico, mas a sua submissão a um poder que se proclama impessoal e racional, que espalha a idéia de já não ser, ele próprio, senão o conjunto de exigências da mudança e da produção (TOURAINÉ, 1969, p. 17-18).

O resultado desta processualidade é que face “a uma dominação social que se identifica ao crescimento benéfico, que somente considera o conjunto das

condutas sociais como meios a adaptar às exigências deste crescimento concebido como um processo natural e não social, eclode uma revolta selvagem, mas cuja contrapartida é sempre a luta pela criatividade contra os poderes e as imposições (contraintes) dos aparelhos. A dependência torna-se conflito, a participação torna-se contestação”. Ressalte-se ainda que “o conflito social não é jamais conduzido pelos elementos somente sub-privilegiados mas por aqueles que estão ao mesmo tempo ligados aos objetivos inovadores da sociedade e os mais submetidos à participação dependente” (TOURAINÉ, 1969, p. 18-19).

ELEMENTOS DE CRÍTICA À TEORIA TOURAINIANA DO TRABALHO

Os elementos anteriormente assinalados no item primeiro desse artigo são significativos no sentido de apreender o quanto, na análise de Alain Touraine, o trabalho, entendido, em determinados momentos, como o proletariado organizado e, em outros, como a totalidade da relação envolvendo burgueses e proletários, não ocupa mais a posição de centralidade na nova sociedade, deixando de ser, conseqüentemente, o elemento catalisador do debate social. Assim procedendo, Touraine antecipa um debate que iria marcar fortemente o universo acadêmico a partir da segunda metade da década de 1990. Para ele,

em uma sociedade onde a célula central é a empresa capitalista, o movimento operário, mobilizador da luta de classes ou da reivindicação, constitui o aspecto principal dos conflitos sociais [...] O movimento operário se ataca ao poder patronal; a classe operária não é uma categoria profissional, mas uma força de luta social [...] A questão não é de saber se os operários e o sindicalismo desaparecem, mas se o movimento da classe operária é, hoje como ontem, no coração da dinâmica dos combates da sociedade. Esta questão clara merece uma resposta simples [...] : a classe operária não é mais, na sociedade programada, um ator histórico privilegiado [...] porque o exercício do poder capitalista no interior da empresa não é mais o elemento (ressort) principal do sistema econômico e, assim, dos conflitos sociais [...]nem a empresa, nem o sindicato são hoje os atores centrais da luta em torno do poder social [...] a institucionalização dos conflitos [...] constitui [...] um fato irreversível. Isto não significa dizer que nossa sociedade caminha em direção à paz industrial [...] Mas se trata de conflitos que não colocam mais diretamente em questão o poder social. Isto é, não constituem movimentos revolucionários (TOURAINÉ, 1969, p. 26).

Assim,

o motor dos problemas, dos conflitos e dos atores que intervêm na evolução histórica está em vias de mudar. As lutas de amanhã não serão a retomada ou a modernização daquelas de ontem [...] as lutas propriamente sociais estão em vias de serem substituídas por revoltas culturais [...] os problemas e os conflitos sociais se situam hoje mais no domínio do consumo que naquele da produção [...] Os novos conflitos sociais não se colocam fora do sistema de produção, mas em seu centro. Eles se estendem a domínios novos da vida social, mas somente porque a informação, a educação ou o consumo estão ligados mais estreitamente que antes ao domínio da produção. Não é necessário a nenhum preço dissociar as lutas sociais do poder econômico e político (TOURAINÉ, 1969, p. 28-29).

Conseqüentemente, se a análise de Touraine tem o grande mérito de acentuar as relações sociais conflituosas que atravessam o tecido social, por outro, desloca o debate para o plano do supra-estrutural, espaço de ação privilegiada dos *movimentos sociais*, tal como definidos pelo autor. Com Touraine, o trabalho e as classes perdem sua centralidade de tal modo que o conflito fica reduzido a um embate por demandas imediatas e novas orientações culturais capazes de contemplar a diversidade de situações geradas pela sociedade de consumo que emergiu do pós-Segunda Guerra. Embora a matriz dos movimentos sociais seja, em Touraine, o conflito, estes não têm por finalidade conduzir à superação da materialidade social burguesa, mas, pelo contrário, lançar questões que conduzam a sociedade a uma nova organicidade institucional e societal. Mais precisamente, seu objetivo é, senão objetivar o estabelecimento da harmonia social, pelo menos encontrar o ponto de equilíbrio entre os diversos interesses em disputa.

Ao refletir sobre os *movimentos sociais*, dissociando-os das bases reais sobre a qual se articulam, isto é, as relações sociais de classe no interior da sociedade moderna, a sociedade capitalista e, mais precisamente, as relações sociais de produção, a compreensão sobre o que são esses movimentos, sua matriz fundante, perde efetivamente o rumo. Portanto, caso se objetive compreender o que envolve a expressão conceitual *movimentos sociais*, a matriz de análise deve ser outra, o que é válido ainda quando fazemos referências aos *novos movimentos sociais* do final do século XX e início do século presente.

Neste sentido, os trabalhos de Marx e Engels nos fornecem, ainda, a pedra angular do problema. Sobretudo na medida em que este referencial teórico nos coloca com um ponto de partida básico para qualquer análise que busque, no

campo das ciências humanas, graus cada vez mais elevados de cientificidade, é a vida material real, e não aquela que resulta da identificação entre o imediato e o mediato, como ocorre em Touraine. Disto resulta o reconhecimento de que a “vida social é, em essência, *prática*”, sendo que todos “os mistérios que empurram a teoria para o misticismo, encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão desta prática” (MARX, 1974). Nesta perspectiva, a base fundante para se pensar os movimentos sociais e seu caráter são as relações sociais de produção que, na sociedade capitalista, são relações sociais de classe. Este ponto de partida é nítido em um texto sempre atual como o *Manifesto do Partido Comunista*. Porém, ali, ao utilizar a expressão movimento social, perspectiva-se, ao mesmo tempo, a superação das relações sociais burguesas e, mais amplamente, das relações de classe e a totalidade social.

Pode-se objetar, como o faz Touraine, que esta definição é válida apenas se não reconhecemos que o mundo mudou. Efetivamente, a materialidade social passou por transformações, porém, manteve a sua essência, dada pela predominância da acumulação capitalista, eixo, de resto, desprezado por Touraine. Em sua análise, Touraine retém as aparências e as identificam, praticamente, com a essência mesma do processo. Ancorado em uma leitura empírica, que o torna prisioneiro deste mesmo empírico, a análise direciona-se a privilegiar as lutas pontuais, imediatas, caindo em desuso a utilização da expressão sociedade capitalista. Assim, na leitura de Touraine, o futuro não pertence mais à luta de classes, uma vez que o capitalismo domesticou suas contradições fundamentais. Ainda que as últimas décadas tenham evidenciado o contrário, Touraine continua preso ao mesmo referencial de que centrar a discussão nas classes e na construção de um projeto de sociedade tendo por eixo o trabalho implica retomar a dimensão messiânica das lutas. No lugar das classes, assumem preponderância os movimentos sociais. Neles estão centradas, doravante, a vitalidade das lutas cotidianas. Expressão tanto mais rica, segundo Touraine, à medida que estes movimentos renunciam a qualquer projeto teleológico de construção da sociedade emancipada e sem classes, uma vez que não há mais sujeito para além da própria historicidade, isto é, do fazer imediato.

Independentemente da posição defendida por Touraine, os conflitos modernos, dos quais se destacam as últimas grandes mobilizações registradas dentro e, aparentemente, algumas, fora das fileiras da classe trabalhadora (UPS, nos Estados Unidos, em 1996; Coréia, 1996; trabalhadores do transporte, na Europa, em 1995 e 1996; petroleiros, no Brasil, em 1995, recentes conflitos na França,

envolvendo reivindicações de estudantes e imigrantes, 2006 e 2007) atestam para o quanto a centralidade do trabalho continua a nortear a ação.

A estrutura social de classes constitui, ainda, a matriz para compreendermos as recentes manifestações que têm se desenvolvido no que se convencionou chamar por movimentos antiglobalização. Elas colocam, no centro do debate, a necessidade de se pensar a luta de classes hoje, contrariamente ao que supõe Touraine, que privilegia o momento mais pulverizado e fragmentado da luta, ancorado ainda, no falso postulado de que transitamos da sociedade industrial para a pós-industrial. Afinal, como dissociar os movimentos antiglobalização ou os novos movimentos sociais das reivindicações por emprego, salários e contra a precarização produzida pelo movimento de globalização das economias.

Se estas lutas por vezes se pulverizam, isto não decorre de que a matriz fundante, as relações do capital e o trabalho tenham perdido a centralidade. E isto coloca um novo desafio para o movimento social, entendido enquanto movimento social de classe, sobretudo em um momento onde o capital intensifica, também, suas dimensões manipulatórias e fetichizadoras do real. Assim, a necessidade da transformação social radical da realidade está posta e repostada triplamente. Primeiro, em razão de que o capital, para além do processo civilizatório que colocou em marcha, tem se constituído em uma máquina permanente de produção de miséria humana e social. Segundo, em razão de que as respostas oferecidas no plano institucional se revelaram incapazes de produzir o ser omnilateral sugerido por Marx e Engels. Em terceiro lugar, a perspectiva que tem alimentado os movimentos de protesto como Seattle, Praga e outros são incapazes de atingir o cerne do problema. Não se trata, como pretendem, de propor uma outra mundialização, o que na realidade nada mais é do que a reivindicação de um capitalismo humanizado, e sim de superar a própria lógica social que alimenta o processo de globalização e inserção das diversas sociedades ao circuito da produção e reprodução de mercadorias.

NOTAS FINAIS

A título de notas finais caberia ressaltar que, do ponto de vista teórico-prático, Maio de 1968 abriu margem para um recuo do pensamento social crítico, do qual foram ressaltados aqui apenas alguns problemas contidos na teoria tourainiana do trabalho. Ao abrir-se o leque, no pós-1968, fomentou-se, também, a ventania, cuja força balançou estruturas de pensamento caudatário do stalinismo

e erroneamente identificadas à matriz marxiana, mas também reforçou equívocos, dos quais as notas contidas neste artigo sobre Touraine apenas constituem a ponta do *iceberg*.

Certamente, assiste-se ao refluxo das grandes mobilizações de massa, dotadas de um projeto transformador e alimentadas por uma íntima ligação com a teoria. Entretanto, é incorreto supor que isto equivale a um declínio do trabalho e, em particular, do proletariado, e mesmo à perda de centralidade de ambos. Certamente, o operariado fabril clássico, identificado à primeira fase da industrialização capitalista e tornado sinônimo de força de trabalho da indústria automobilística refluiu, objetiva e subjetivamente, nas últimas décadas. Entretanto, isso não autoriza a dizer que a expansão do setor de serviços está decretando o fim do proletariado, sobretudo se considerado que os serviços se industrializam cada vez mais, sendo exemplo típico o desenvolvimento do setor de *fast food*. Decorre desse fato que o operariado clássico pode estar em refluxo, porém, o proletariado encontra-se em expansão e não em declínio. Acompanha essa dinâmica o fato de que, onde o capital vai, a luta de classes o segue, como acentua Beverly Silver, de tal modo que a contradição no interior do modo de produção capitalista se torna mais aguda.

No mais, se, efetivamente, o trabalho perdeu a centralidade, qual a razão então de centenas de estudos problematizando a redução do tempo de trabalho, combatendo a flexibilização das atividades, a preocupação com o desemprego, na pauta de todos os governos que buscam ganhar as eleições, as políticas de primeiro emprego, na raiz dos recentes protestos dos jovens na França, a marcha dos imigrantes nos Estados Unidos, no primeiro de maio deste ano. Acresce-se a isto a marcha dos desempregados europeus em finais dos anos 1990.

É possível acrescentar, ainda, os ensaios de resposta ao neoliberalismo, na América Latina, onde a tônica tem sido a de combate à exclusão e políticas de inserção social, por meio da geração de empregos, como é o caso de Chaves, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; o programa de ação da nova presidenta do Chile e, mesmo, o limitado governo Lula que, da perspectiva das massas, traria a redenção.

Ainda que na defensiva, se o trabalho perdeu a sua centralidade, como então explicar os esforços dos sindicatos, mesmo em sua feição propositiva, em encontrar caminhos que conduzam à redução do tempo de trabalho sem perda de empregos.

Os exemplos reconduzem não apenas à centralidade do trabalho, como dimensão ineliminável do ser, mas também à sua persistência, enquanto problema central. Questão que continuará ocupando o centro das atenções se considerado que o capitalismo, em sua fase atual, tem na precariedade um de seus elementos essenciais de funcionamento.

Estes problemas, sumariamente alinhados, apontam para a necessidade de olhar para a questão do futuro do trabalho não como pós-modernos ou pós-industrialistas, e sim na perspectiva do projeto emancipatório, que alimentou o melhor da radicalidade das massas ao longo do século XX.

Não se trata de negar a necessidade de construção do mundo da vida, como diz Negri e Hardt, muito menos de renunciar à apreciação “do pôr-do-sol ou ao nascer da lua, admirar a sábia beleza de uma garrafa, de um ovo ou de carros que circulam pelas ruas”, como diz De Masi, ao referir-se à apropriação do tempo livre. Mas, de recobrar a utopia, que passa pela ação do trabalho, na perspectiva da união entre teoria e prática, entendendo os perigos das profecias, ali onde existem, e do empirismo, ali onde ele se enraíza.

REFERÊNCIAS

- DE MASI, Domenico. *A Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.
- _____. *O Futuro do Trabalho*. São Paulo: José Olympio, 2004.
- GORZ, André. *Adeus ao Proletariado*. São Paulo: Ed. Forense, 1981.
- MARX, Karl. Tesis Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl. y ENGELS, Friedrich. *Obras Escogidas*, Tomo I. Moscú: Editorial Progreso, 1974.
- NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SILVER, Beverly. *Força do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- TOURAINÉ, Alain. *La Société Post-Industrielle*. Paris : Denoël/Gonthier 1969.